

Causa do Povo

Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA - Nº 42 - Junho de 2008

www.unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R\$ 0,50

Poder de Estado, Crime Organizado e Dominação de Classe

O caso de corrupção da cúpula do governo fluminense

A União Popular Anarquista (UNIPA) tem argumentado e identificado às relações orgânicas entre as estruturas Estatais e o crime organizado (máfias, tráfico de drogas e de armas, corrupção, etc), bem como a responsabilidade das políticas de repressão do Estado no aumento da violência urbana.

Portanto, as investigações que apontam o ex-governador de Rio de Janeiro e atual presidente do PMDB do estado, Anthony Garotinho, sua esposa Rosinha Matheus (ex-governadora do Rio), o ex-chefe da polícia civil e atual deputado estadual pelo PMDB, Álvaro Lins, além os outros membros da cúpula da polícia civil com o crime organizado do estado do Rio, é mais uma comprovação do que a UNIPA vem afirmando há muito tempo.

Segundo os investigadores, a quadrilha chefiada por Garotinho e Álvaro Lins era responsável por dar cobertura à máfia dos caça-níqueis e cobrar propina de delegados em troca de indicação para chefia de delegacias. Assim, os delegados que recebiam as indicações tinham o compromisso de mensalmente fazer um repasse de 25 mil reais para a cúpula do governo estadual, que chegou a utilizar parte da propina em campanhas políticas.

1. Corrupção, violência e dominação burguesa.

O grupo do Garotinho ficou oito anos à frente do governo fluminense, entre 1999 e 2006. Nesse período o grupo aproveitou bem a estrutura estatal repressiva, reproduzindo a violência como meio de controle sobre a classe trabalhadora e utilizando o poder das instituições estatais como instrumento



Álvaro Lins e Garotinho: cúpula do governo e chefia do crime organizado.

de acumulação de capitais, dentro da lógica patrimonialista, ou seja, usufruindo do Estado como se fosse sua propriedade

Na verdade, esse caso deixou explícito que o próprio aparelho repressivo é um instrumento de acumulação de capitais, já que as delegacias e batalhões da PM chegam a movimentar 200 mil reais por mês do crime organizado.

Não há distinção entre a violência policial e a violência promovida pelo crime organizado (mesmo porque a cúpula do Estado chefia as mais poderosas quadrilhas de criminosos), portanto o massacre dos trabalhadores que moram nas favelas e periferias serve ao enriquecimento dos grupos burgueses que assumem o poder de governo.

2. O Estado Neoliberal: presença máxima com as forças repressivas.

A "Era Garotinho-Rosinha" gastou em média, segundo os dados oficiais, 938 milhões de reais por ano nos programas de combate ao narcotráfico (o orçamento total para a Segurança é em torno de 1,36 bilhões de reais). Cerca de 78 milhões por mês são gastos na compra de armas mais modernas/letais, no pagamento de pessoal e na manutenção dos equipamentos (como o Caveirão).

O saldo dessa política que vem se reproduzindo e se intensificando no período neoliberal é o registro de 118.770 assassinatos no Rio de Janeiro entre 1990-2006. Considerando os dados oficiais da violência policial na "Era Garotinho-Rosinha", há o registro, entre 2001 e 2006, de 5.831 "autos de resistência", isto é, de pessoas assassinadas pelos polícias em suas ações (concentradas nas favelas).

Como se vê, as teses que argumentam que a violência e a criminalidade são resultados da ausência do Estado nas "áreas de exclusão" caem por terra, pois o Estado tem forte presença com seu aparelho repressivo e é um dos principais responsáveis pela organização das quadrilhas de criminosos. Portanto, o Estado está presente de várias formas nas favelas e periferias.

A partir da perspectiva bakuninista, questão entre miséria e violência deve ser entendida no sentido de apontar a violência e a corrupção policiais com os aparelhos fundamentais de sustentação da dominação e da exploração burguesas. A brutalidade e a corrupção policiais fazem parte da lógica da opressão política e econômica exercidas pela classe burguesia. ■

Leia
nessa
edição:

- * O Brasil e o Cenário Econômico Internacional: o avanço do capitalismo *ultra-monopolista* - pág. 02
- * Crescimento do agro-negócio alimenta os lucros dos capitalistas e gera fome e miséria entre os povos indígenas - pág. 03
- * Hegemonia governista no movimento dos servidores federais - pág. 03
- * Luta do povo derruba monarquia de 240 anos no Nepal - pág. 04
- * Tempo de juventude rebelde: saudosismo ou necessidade? - pág. 04

O Brasil e o Cenário Econômico Internacional

O avanço do capitalismo *ultra-monopolista*

No último mês duas das três maiores agências de classificação de risco de crédito, a Fitch e a Standard & Poor's elevaram o Brasil ao chamado grau de investimento. Jornais e revistas da imprensa corporativa como "The Economist", "The Wall Street Journal" e "The Guardian" tecem cada vez mais elogios a economia brasileira. Esta teve um crescimento de 5,4% no ano de 2007, 5,8% no primeiro trimestre de 2008, com uma média de 3,8% no governo Lula, mas em relação ao conjunto dos países da semi-periferia, o Brasil foi o 24º, e na média entre os anos de 2003-2007 o país figura em 35º. Por sua vez, a média do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) sem o Brasil é de 9,3%. (Dados: Grupo de Estudo BRIC e NEG – UNESP-Marília)

O país recebeu soma significativa de Investimento Externo Direto (IED). Entre os países do Bric o Brasil superou a China em IED Europeu. No primeiro governo Lula os IED's contabilizaram o total de 62,1 Bilhões de dólares, porém as remessas de lucros para o exterior contabilizaram o valor de 37,8 Bilhões. Além disso, a política externa do governo foi de pulverizar o comércio diminuindo a dependência em relação ao mercado americano. Dentro desse quadro, em recente reunião Brasil, Rússia, Índia e China formalizaram e institucionalizaram o Bric.

1. O Brasil no Cenário Econômico Internacional

Com a crise no mercado financeiro, investidores e fundos de investimento investiram divisas do inseguro mercado de futuro para as commodities, tanto agropecuária quanto metálica. A turbulência foi segurada pela intervenção estatal dos principais países do mundo. Isto abriu caminho para a alta dos preços dos alimentos e combustíveis. Uma vez que há no mercado mundial uma demanda tanto por matéria prima, como celulose e minérios, e por alimentos, impulsionados pelo consumo de chineses e indianos.

Apesar de o país ser um dos principais exportadores mundiais de commodities, o crescimento interno do país foi puxado pelo aumento do consumo interno via crédito. Hoje o Brasil é o quinto maior consumidor de computadores e celulares, terceiro de cosméticos e quarto de chocolates. A Dell Computadores compensou a retração do consumo nos EUA com o aumento de vendas de computadores no Brasil. De maneira geral houve um aumento das importações, o que elevou o déficit com a China, assim tem-se um início de deterioração da balança de pagamentos e das transações correntes, fruto da sobrevalorização do real, do aumento da demanda interna que levou ao crescimento das importações e a diminuição do superávit comercial. Isto relacionado, com atendimento aos interesses das transnacionais, uma vez que o Brasil esta importando cada vez mais bens de capital, bem como a tendência em remeter mais lucros para o exterior.

Podemos dizer que a capacidade produtiva da

indústria brasileira está no seu limite, e que o crescimento econômico até aqui não é sustentável a longo prazo. Isso poder ser visto através do índice de crescimento de investimento em relação ao PIB que no caso brasileiro chega a 17,6% do PIB, o chinês é de 40%.

Avaliação de grau de investimento segundo a Fitch Rantings (2008)		
Grau de investimento	Descrição	Alguns países
AAA	Melhor qualidade de crédito	Alemanha
		Cingapura
AA	Qualidade muito elevada de crédito	Portugal (AA)
		Chipre (AA-)
A	Qualidade elevada de crédito	Taiwan (A+)
		Chile (AA-)
BBB	Boa qualidade de crédito	Peru (BBB-)
		Brasil (BBB-)
Grau especulativo		
BB	Especulativo	Venezuela (BB-)
B	Altamente especulativo	Bolívia (B-)
CCC	Possível inadimplência	Equador (CCC)
CC	Maiores ricos de inadimplência	-
C	Inadimplência iminente	-
RD	Inadimplência em alguns casos	Argentina
D	Inadimplente	-

O avanço do neoliberalismo torna o Brasil mais atrativo para os investidores, ou seja, para a exploração dos trabalhadores.

2. A Ação Estatal para o Avanço do Capitalismo Ultra-Monopolista.

Dentro desse marco, o governo mantendo a mesma política macro-econômica, de elevação dos juros para manutenção da inflação baixa, lançou duas medidas que **indicam uma tendência** para inverter os problemas da economia brasileira: o Fundo Soberano do Brasil (FSB) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

O FSB foi lançado pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, com o objetivo de contribuir para absorção do excedente de moeda estrangeira e, segundo o economista Paulo Nogueira Batista Jr., em artigo na Folha de São Paulo, a criação do fundo esvaziará o poder do "Banco Central em benefício do Ministério da Fazenda e do BNDES. O fundo será administrado pelo Tesouro Nacional, uma secretaria do Ministério da Fazenda. Na prática, o Tesouro passará a compartilhar a autoridade cambial com o Banco Central". O FSB nem foi lançado e boa parte dos economistas neoliberais e frações da burguesia colocaram o bloco na rua, levando o governo a formar o Fundo com possíveis excedentes do Superávit Primário.

A PDP, que recebeu da Confederação Nacional da Indústria (CNI) "contribuições relevantes para a formulação da nova política" (Dados: Revista Indústria Brasileira, Nº87- Maio/2008, pg. 33), fará uma integração entre o PAC, o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Plano de Ação de Ciência Tecnologia e Inovação, do Ministério de Ciência e Tecnologia. Os principais objetivos são:

ampliar a taxa de expansão de Formação Bruta de Capital Fixo frente ao PIB, aumentar a produção, inverter a tendência de deterioração da Balança de Pagamentos, diversificar a pauta exportadora e também atrair IED's. Os Setores do Complexo Produtivo de commodities, como Mineração, Siderurgia, Celulose e Pecuária estão entre os principais beneficiários, tendo como objetivo a internacionalização das empresas. Uma vez que são investimentos de longo prazo e de grande volume terão **financiamento estratégico do Estado**.

Como não poderia deixar de ser, continua a "Tríplice Aliança" entre capital internacional, Estado e a burguesia de origem nacional como poder ser visto nas licitações das hidrelétricas do norte do país. Na Hidrelétrica de Jirau o grupo vencedor é formado pelo grupo Suez (Belga), Camargo Correa, Eletrosul e Chesf e na de Santo Antonio, o grupo é formado por Odebrecht, Furnas, Santander e Andrade Gutierrez.

A internacionalização das empresas de "origem nacional" já acontece principalmente no setor siderúrgico, petrolífero e da construção civil, tendo em vista principalmente as últimas alianças da Vale. Não por acaso, as fusões e aquisições realizadas no Brasil representam 80% das fusões da América Latina, o que indica uma concentração e formação de oligopólios para internacionalização de setores da economia nacional. A bola da vez é setor de celulose. Com o aumento da demanda externa por celulose a Suzano Papel e Celulose vendeu seu complexo petroquímico para Petrobrás e inaugurou a maior linha de produção de celulose do mundo em Mucuri (Sul da Bahia).

Como disse o ex-operário, hoje presidente, os empresários não têm o que reclamar. Já entre a classe trabalhadora a tendência é cada vez mais piorar suas condições de trabalho com a flexibilidade dos contratos de trabalho, que podem ser identificadas; lei *das falências*, na legitimação das *Comissões de Conciliação Prévia* no chamado "Supersimples", na *reforma do judiciário* e na *reforma da previdência*.

Acentua-se a super-exploração do trabalho com o duplo mercado de trabalho, com aumento significativo na esfera inferior, principalmente no setor de "serviços", onde há uma cada vez maior rotatividade da força de trabalho devido à facilidade de demissão. O Estado brasileiro com a ajuda dos setores governistas e para-governistas do movimento sindical-popular segue garantindo a acumulação de capitais pelas elites econômicas e impedindo a resistência dos trabalhadores frente às classes dominantes com ações cada vez mais repressivas. Enquanto não houver uma ruptura definitiva com a estrutura e prática política do sindicalismo estatista/corporativista – CUT, CTB, Força Sindical, etc. – os trabalhadores não conseguiram responder ao avanço da exploração capitalista no Brasil. ■

Crescimento do agro-negócio alimenta os lucros dos capitalistas e gera fome e miséria entre os povos indígenas

O crescimento do agro-negócio no Brasil tem representado não apenas o desmatamento de enormes territórios, mas a geração de conflitos entre latifundiários, garimpeiros e povos indígenas em diversas áreas. A exportação de produtos básicos brasileiros, ou commodities, chegou a 31,7% do total no ano passado, a maior proporção desde 1986. Na mesma medida que se expande o agro negócio, cresce também a super-exploração dos trabalhadores das áreas rurais.

Desde o início de 2007, pelo menos dez grandes reservas, localizadas em oito estados (Roraima, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pernambuco e Rondônia), enfrentam problemas com grilagem de terra, invasão de fazendeiros, criadores de gado, tráfico de diamantes e garimpo ilegal. As áreas que apresentam maior índice de conflitos são exatamente aquelas em que mais cresce e se expande o agronegócio, o Centro-Oeste e o Norte, com estados que apresentam grande presença de criação de gado ou plantações de soja. Conclui-se, portanto, que o desmatamento e as mortes em consequência de conflitos no campo estão intimamente relacionados às atividades do agro-negócio e ao avanço das frentes de expansão capitalista.

O conflito mais conhecido acontece no nordeste de Roraima, na Reserva Raposa Serra do Sol, uma área contínua de 1,7 milhão de hectares e habitada inicialmente por 5 diferentes povos indígenas: os Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingaricó e Patamon. As planícies são consideradas ideais para o cultivo de arroz e para a criação de gado. Os rizicultores alegam

que 40% da produção de todo o estado de Roraima está ligada a cultura do arroz e por isso se opõem à demarcação da área em terras contínuas. Há outros interesses envolvidos como os de empresas transnacionais que visam se apropriar de terras nessas regiões e praticar a biopirataria.

Outra grande reserva em conflito permanente é a Ianomâmi, considerada a última grande terra indígena da Amazônia, que fica entre o norte do Amazonas e Roraima, com 9,7 milhões de hectares. A reserva foi invadida nos últimos anos por garimpeiros e fazendeiros que exploram a mão-de-obra local.

Em maio de 2008, houve outro conflito, desta vez envolvendo um engenheiro da Eletrobrás e índios caiapós, no Pará. A intenção da Eletrobrás é construir uma usina hidrelétrica em Belo Monte, às margens do Rio Xingu. Segundo ambientalistas e líderes indígenas, a presença dessa hidrelétrica que será uma das maiores do mundo inundará as casas de 16 mil pessoas e a abertura de novas estradas atrairá mais colonos e agricultores para a região, acelerando o desmatamento.

A opressão contra os povos indígenas e todo povo trabalhador persiste após os 500 anos da invasão portuguesa. É necessário que os povos indígenas e todos os que sofrem com a exploração capitalista se organizem e tenham claros os métodos de luta que devem ser empregados contra nossos inimigos. Somente através auto-defesa conseguiremos ficar de pé, resistir. E só pela ação direta nossos combates poderão ser vitoriosos. ■

Hegemonia governista no movimento dos servidores federais

O ano de 2008 começou para os servidores públicos federais com conflitos em torno da proposta de "repactuação" do Governo Lula/PT, ou seja, diante do fim da CPMF o governo federal afirmou que não poderia cumprir os acordos assinados com os servidores federais em 2007, acordos já rebaixados, e que abandonaria as negociações em andamento.

Estavam dadas, portanto, as condições para a unificação das lutas dos servidores federais. As bandeiras de "*Não a repactuação*", "*Continuidade das negociações*" abririam os caminhos para a reivindicação fundamental: "*Reajuste salarial!*". Entretanto, os setores governistas (os cutistas) e os para-governistas (da Intersindical) foram contrários à exigência de reajuste salarial para a categoria e, lamentavelmente, os setores da CONLUTAS, recuaram da bandeira do reajuste salarial em nome da falsa unidade com os governistas e para-governistas (política que afirmamos que só leva a derrota do movimento). Assim, foi aprovada a bandeira de "*Recomposição salarial*".

Tudo não passou de um jogo de cena, pois após a divulgação dos de que a União bateu recordes de arrecadação mesmo sem a CPMF, o governo mudou de tática: anunciou que alguns acordos seriam cumpridos na íntegra, outros foram apresentados para a "repactuação" e alguns daqueles que não tinham negociações receberam propostas.

O impacto das propostas do governo e as ações dos setores governistas, que fizeram de tudo para aprová-las o mais rápido possível, garantiram a desarticulação das movimentações que se avizinhavam. Por um lado, os governistas trabalharam com um discurso corporativista, de outro lado, os setores da CONLUTAS forma incapazes de encaminhar uma política conseqüente para os servidores federais, pois insistem numa política de bandeiras recuadas apostando na pseudo-unidade com os governistas.

Portanto, o caminho para a retomada das lutas dos servidores federais é: 1) organizar Fóruns/Comissões/Comandos de Luta e de Base; 2) construir uma estratégia comum, capaz de unificar o máximo possível as lutas setoriais e econômicas; 3) eleger o reajuste salarial linear para todas as categorias como bandeira unificada, agregando-se às pautas específicas; 4) as lutas setoriais devem ser usadas como espaço de formação das condições de convocação de uma greve geral contra o neoliberalismo. ■



Manifestação indígena em Brasília durante a jornada de protestos intitulada "Terra Livre Abril Indígena", abril de 2008.

Luta do povo derruba monarquia de 240 anos no Nepal

No último 29 de maio, milhares de pessoas comemoraram o fim de uma monarquia que durou 240 anos no Nepal. Nos primeiros dias do novo parlamento se decidiu a proclamação de uma República Federativa no país, fruto de um longo processo de lutas e de acordos feitos desde 2006 entre dirigentes do Partido Comunista do Nepal (Maoísta), PCN(M), e de partidos burgueses de oposição.

O PCN(M) conduzia desde 1996 uma grande campanha de guerra de guerrilhas contra o Estado monárquico, organizando os camponeses e travando um

sangrento e heróico enfrentamento contra o exército nepalês e suas forças aliadas da Índia e EUA, que, em última instância, eram as responsáveis pela continuidade do regime. Em 2005, o rei Gyanendra demitiu o primeiro-ministro do país e concentrou todo o poder de Estado, buscando liquidar de vez com os rebeldes, mas acabou isolado e vencido devido a um ascenso das lutas populares e a um acordo "de paz" entre os maoístas e os partidos burgueses de oposição. Em abril de 2006, ele foi obrigado a abandonar o controle total do país, após um grande e decisivo levante popular, uma longa greve geral e três semanas de protestos combativos por todo o território, em especial, na capital Katmandu, onde trabalhadores e estudantes lutaram bravamente contra as forças de repressão, liderados principalmente pelo PCN(M), que, no entanto, ao invés de avançar ainda mais a luta revolucionária, procurou as frações burguesas descontentes para propor um "acordo nacional".

Da guerrilha ao parlamento: a longa marcha até o governo burguês

Em junho de 2006, o comandante Prachanda negociou com o primeiro-ministro do novo parlamento e, em novembro, deu fim à luta armada liderada pelos maoístas em prol da convocação de novas eleições na qual concorreria com seus próprios

candidatos. Assim, depois de 10 anos de uma "guerra popular" que teve 13 mil mortos, o PCN(M) negociou a entrega das armas supervisionada pela ONU em troca da saída da clandestinidade para a disputa das eleições de um novo parlamento unicameral que teria poderes para decretar a deposição da monarquia. Em abril de 2007, constituiu-se um governo de composição com a entrada de sete ministros maoístas e o PCN(M) se consolida como o principal partido eleitoral, elegendo sozinho 25% das cadeiras. O fim da monarquia e a nova república foram imediatamente reconhecidos pelos países imperialistas e o fato não gerou uma intervenção estrangeira conservadora.

Os fatos já eram esperados: Prachanda, por exemplo, já alegava insistentemente que seu Partido ainda defenderia o marxismo, mas "de acordo com as necessidades do século XXI" (*L'Espresso*, 09/11/2006). Sendo assim, os comunistas do PCN(M) terminaram elogiados pela burguesia imperialista pela decisão de constituir um governo burguês de coalizão e de, portanto, se consolidarem como bons gerentes do capital na região, terminando com a instabilidade da guerra civil e possibilitando a expansão da exploração capitalista de maneira ainda mais acentuada do que permitiria a realeza.

Estes fatos demonstram as contradições do programa etapista dos maoístas nepaleses que, no poder, desempenham agora um papel contra-revolucionário, a fim de "construir uma base capitalista" no país que eles consideram "feudal". Depois de anos de combativas lutas, assumiram um papel de defensores dos interesses da "burguesia nacional" contra a classe trabalhadora. ■



O povo comemora em Katmandu a queda da monarquia

Tempo de juventude rebelde. Saudosismo ou necessidade?

Podemos ver que 1968 não está esquecido e quanto é importante lembrar as lutas daquele tempo de resistência e combate ao sistema capitalista. Um ano que não pode se restringir apenas na lembrança.

Aquele ano de ascensão, de mobilizações de rua não foi um coro da esquerda tradicional, mas pelo contrário, foi a contestação tanto do capitalismo, quanto do regime soviético, o movimento na França e em outras partes do mundo não aceitava o autoritarismo e a subordinação e fazia com que as idéias subversivas se tornassem realmente "perigosas" e necessárias, pois se tornavam concretas em ações de rua protagonizadas por muitos jovens indignados.

1968 na América se remete a Córdoba na Argentina no início do séc. XX onde o movimento estudantil não aceitava mais a polícia dentro das universidades e contestava adotando métodos de ação direta a própria estrutura elitista e conservadora do sistema educacional. E lembra as lutas no México, na UNAM que aponta para sua verdadeira autonomia questionando o autoritarismo estatal e priorizando o protagonismo popular onde se a universidade deve servir ao povo, que seja desse e feita por esse. Assim como é um ano em que não se esquece da revolução cubana, da recente morte de Che, na Bolívia, das lutas por libertação na Ásia e África, e da luta dos Panteras negras nos EUA.

Os oportunistas eleitores, nada tem haver com este movimento revolucionário, pois são peixes fora d'água. Os questionamentos de 1968 e dessas lutas que o antecederam servem para hoje, pois o parlamento ainda é o maior traidor do povo, enquanto as barricadas, ocupações e resistência não. Não se

pode diluir 1968 em projetos eleitores e mesquinhos de partidos ditos de esquerda, mas que sempre foram surdos aos anseios do povo ou cegos diante de seus métodos de ira e combate, legítimos contra toda forma de repressão e exploração.

As contestações apontavam para a farsa de um capitalismo humanizado, pois o Estado de bem estar social e o auge do Fordismo será resultado de exploração dos países mais pobres em todo mundo, demonstrando que não há possibilidade de coexistência pacífica e que o capitalismo se apropria de forma descarada do suor do trabalhador, ao ponto de ter sua maior conquista, ou seja transformar o trabalho assalariado (base da exploração e portanto da escravidão) como bandeira

reivindicativa da classe trabalhadora. Nem todos tinham sequer o "direito" de serem explorados e aos excluídos sobraria apenas o Estado policial.

Hoje os marginalizados continuam sem voz, os estudantes são cada vez mais reféns do capital, seja pela mercantilização da educação via privatizações, seja pela codificação do ensino às necessidades do mercado que despreza os interesses populares, transformando o saber em reprodução do status quo.

Em 1968 na França, Brasil e em várias partes do mundo os estudantes unidos com trabalhadores foram às ruas e confrontaram o Estado e seus órgãos de repressão, concretizando as idéias subversivas como legítima arma do povo oprimido, dizendo que não eram meros consumidores postos a trabalhar, consumir e dormir, mas que eram capazes de lutar e se armar da forma que fosse necessário. No Brasil a luta armada foi exemplo de resistência contra uma ditadura imposta pelo capital. Os rebeldes daquele tempo não se calaram, o mesmo temos que fazer hoje, entendendo que o povo unido pode quebrar as amarras do capital que nos explora via empresas nacionais e multinacionais, via mídia alienante ou toda forma de silêncio imposto. Devemos aprender com 1968, buscar a vitória e quantas vezes for necessário lutar para não ter mais a certeza de uma vida de misérias e incertezas, lutar para não ter mais a certeza da nossa incapacidade de mudar as coisas. Lutar para não ser dominado. Lutar contra os burocratas sindicais e estudantis que só enxergam os interesses eleitores de seus partidos. Lutar contra as lideranças iluminadas. A herança desse 1968 é a necessidade de se organizar e ao mesmo tempo de ação direta!



Barricadas nas ruas de Paris, maio de 1968.